

Brasil volta a negociar com os bancos

13 JAN 1983

GAZETA MERCANTIL

por Maria Clara R. M. do Prado
de Brasília

O comitê assessor da dívida externa brasileira reúne-se neste sábado, em Nova York. A reunião foi convocada a pedido do Brasil, que vai colocar na mesa a necessidade de adoção de duas medidas como parte do pacote antiinflacionário em preparação pela área econômica do governo: a suspensão do programa do "relending" (reempréstimo interno das amortizações externas retidas no Banco Central) para o setor privado e alterações no projeto da conversão da dívida externa em investimento de risco.

O diretor da Área Externa do Banco Central e diretor interino da Dívida Externa, Arnim Lore, viajou ontem à noite para os Estados Unidos, onde se encontrará com o assessor para assuntos internacionais do Ministério da Fazenda, mi-

nistro Sérgio Amaral, outro negociador do País para questões de dívida externa.

Hoje, Amaral participa de uma reunião informal no Tesouro norte-americano para tratar do aumento de capital do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Ricardo Santiago, secretário-geral da Secretaria do Planejamento, viaja hoje à noite para Washington (ver matéria nesta página).

Lore vai procurar vencer aos bancos credores das propostas que leva como sendo básicas para o esforço do controle da inflação. Ontem, o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, indicou que o governo poderá divulgar as medidas nos próximos dias. "O programa está pronto e o anúncio agora só depende do presidente Sarney", disse.

O ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, revelou que, ontem, o percentual mais provável para a prefixação era de 15%, mas havia dúvidas sobre a inclusão da correção monetária e do câmbio, depois da reunião que os ministros da área econômica tiveram com o presidente Sarney, pela manhã.

Otoni Fernandes Jr., deste jornal, apurou na noite de quarta-feira, com um ministro de Estado muito próximo do presidente da República, que o "pacote" de medidas previa uma mididesvalorização do cruzado entre 10 e 20%. O "pacote", segundo essa fonte, tem o seguinte perfil: uma mistura de rigorosa ortodoxia financeira e fiscal com mecanismos duros e heterodoxos no controle de preços.

Já as principais entidades empresariais do País reagiram ontem à iniciativa do governo de incluir no pacote econômico a Lei de Delinqüência Econômica, elaborada pela Consultoria Geral da República, que prevê punições muito severas (inclusive prisão) para os empresários que desrespeitem as normas de controle do mercado. O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Mário Amato, manteve um encontro com Saulo Ramos, o autor da lei, em São Paulo.

Depois da conversa, Amato disse que Saulo Ramos deu a entender que a lei não virá agora, mas, se

vier, Amato garante que a FIESP não participará mais do pacto social. Na reunião de ontem com os ministros da área econômica, Sarney teria concordado em abrandar o projeto diante das fortes reações dos empresários.

Os trabalhadores, por sua vez, mostraram-se ontem mais favoráveis a uma negociação com o governo: a executiva nacional da CUT decidiu pedir audiências aos ministros Mailson Ferreira da Nóbrega e Ronaldo Costa Couto, nesta segunda-feira. Segundo a CUT, Costa Couto já teria aceito e marcado o encontro.

(Ver páginas 3 e 5)

Felipe González, o "premier" espanhol, irá a Caracas no dia 2, para posse de Carlos Andrés Pérez, e se reunirá, separadamente, com os presidentes latinos para discutir a dívida externa do continente e o encontro de Granada, em abril, entre chanceleres europeus e latinos, membros do "Grupo dos Oito". O embaixador norte-americano no México, Charles Pilliod, disse que esse país "receberá melhores condições durante as negociações de seus débitos".

(Ver página 2)